BANCO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES

SUCURSAL SÃO PAULO - CNPJ 44.189.447/0001-26 - Rua Líbero Badaró, 425 - 26º Andar - Centro - CEP 01009-905 - São Paulo - SP - PABX (0XX11) 3188-4777

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 30 de Junho (Em milhares de reais)

ATIVO	2014	2013
Circulante	142.354	135.764
Disponibilidades	4.858	2.952
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4 (a))	38.100	51.154
Aplicações em operações compromissadas	38.100	47.610
Aplicações em moeda estrangeira	-	3.544
Títulos e valores mobiliários (Nota 5 (a))	55.724	40.044
Carteira própria	49.842	27.241
Vinculados a prestação de garantias	5.882	12.803
Vinculados à aquisição de ações de empresas estatais	54	54
Provisão para desvalorização de títulos	(54)	(54)
Relações interfinanceiras	13	17
Pagamentos e recebimentos a liquidar	10	6
Créditos vinculados	3	11
Operações de crédito (Nota 7)	14.167	2.479
Empréstimos e títulos descontados	-	763
Financiamentos em moeda estrangeira	14.179	1.727
Provisão para crédito em liquidação duvidosa	(12)	(11)
Outros créditos	29.443	39.058
Carteira de câmbio (Nota 8 (a))	25.801	34.401
Créditos tributários (Nota 8 (b))	-	656
Negociação e intermediação de valores (Nota 6 (b))	92	428
Diversos (Nota 8 (b))	3.567	3.581
Provisão para outros créditos em liquidação duvidosa (Nota 7 (e))	(17)	(8)
Outros valores e bens	49	60
Despesas antecipadas	49	60
Realizável a longo prazo	14.526	24.305
Títulos e valores mobiliários (Nota 5 (a))	12.384	22.567
Carteira própria	1.876	22.567
Vinculados a prestação de garantias	10.508	-
Outros créditos	2.142	1.738
Diversos (Nota 8 (b))	2.142	1.738
Permanente	284	330
Investimentos	8	8
Imobilizado de uso	272	320
Imóveis de uso	871	872
Outras imobilizações de uso	815	910
Depreciações acumuladas	(1.414)	(1.462)
Diferido	4	2
Gastos de organização e expansão	246	242
Instalação e adaptação de dependência	-	60
Amortização acumulada	(242)	(300)
Total do ativo	157.164	160.399

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	2013
Circulante	46.452	41.200
Depósitos	1	1
Depósitos à vista	1	1
Obrigações em operações compromissadas	1.200	-
Relações interfinanceiras e interdependências	2.139	6.570
Pagamentos a liquidar	-	17
Ordens de pagamento	2.139	6.553
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 9 (a))	24.262	32.703
Empréstimos no exterior	24.262	32.703
Outras obrigações	18.850	1.926
Carteira de câmbio (Nota 11 (a))	15.633	-
Dividendos a pagar (Nota 12 (b))	2.190	-
Fiscais e previdenciárias (Nota 11 (c))	75	943
Provisão para pagamentos a efetuar	291	380
Provisão de passivos contingentes (Nota 10 (b))	641	603
Diversas (Nota 11 (c))	20	-
Patrimônio líquido (Nota 12)	110.712	119.199
Capital		
De domiciliados no exterior	108.594	108.594
Reservas de capital	109	109
Reserva de lucros	2.009	10.496
Total do passivo e patrimônio líquido	157.164	160.399

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado no Semestre findo em 30 de Junho (Em milhares de reais)

	2014	2013
Receitas de intermediação financeira	34.599	29.034
Operações de crédito	737	130
Resultado de títulos e valores mobiliários (Nota 5 (b))	4.850	3.790
Resultado de operações de câmbio	28.993	25.086
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7 (e))	19	28
Despesas da intermediação financeira	(33.000)	(22.695)
Captações no mercado	(18)	(3)
Empréstimos, cessões e repasses (Nota 9 (b))	(256)	(3.651)
Resultado com instrumentos financeiros e derivativos (Nota 6 (d))	(797)	(267)
Resultado de operações de câmbio	(31.929)	(18.774)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.599	6.339
Outras receitas/despesas operacionais	(3.162)	(3.176)
Receitas de prestação de serviços	1	1
Despesas de pessoal (Nota 13)	(1.762)	(1.587)
Outras despesas administrativas (Nota 14)	(1.344)	(1.275)
Despesas tributárias	(164)	(335)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 15)	107	20
Resultado operacional	(1.563)	3.163
Resultado não operacional	6	-
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	(1.557)	3.163
Imposto de renda e contribuição social (Nota 18)	-	(1.256)
Lucro líquido/prejuízo	(1.557)	1.907

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa no Semestre findo em 30 de Junho (Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido/Prejuízo ajustado	**(1.532)**	**2.306**
Lucro/Prejuízo líquido	(1.557)	1.907
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciações e amortizações	44	42
Provisão para créditos	(19)	(28)
Tributos diferidos	-	385
Variações de ativos e obrigações	**(3.996)**	**(17.024)**
Variação de aplicações interfinanceiras de liquidez	(5.876)	4.317
Variação de títulos e valores mobiliários	(2.661)	(2.087)
Variação de relações interfinanceiras	162	3.992
Variação de operações de crédito	(7.612)	(1.835)
Variação de carteira de câmbio	11.638	(5.264)
Variação de outros créditos	(123)	(854)
Variação de outros valores e bens	65	142
Variação de depósitos	(1)	(2)
Variação de outras obrigações	(788)	(11.939)
Operações compromissadas	1.200	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(3.494)
Atividades operacionais - Caixa Líquido Proveniente (Aplicado)	**(5.528)**	**(14.718)**
Aquisição de imobilizado e diferido	(17)	(4)
Atividades de investimentos - Caixa Líquido Proveniente (Aplicado)	**(17)**	**(4)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**1.827**	**17.089**
Captações-obrigações por empréstimos	1.827	4.424
Aumento de capital/Reversão	-	12.665
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(3.718)	2.367
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8.576	585
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4.858	2.952
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(3.718)	2.367

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 12) (Em milhares de reais)

	Capital realizado	Reserva de capital	Reservas de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2012	38.586	109	65.932	-	104.627
Aumento de capital	70.008	-	(57.343)	-	(12.665)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	1.907	1.907
Constituição de reserva legal	-	-	95	(95)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	1.812	(1.812)	-
Saldos em 30 de junho de 2013	108.594	109	10.496	-	119.199
Saldos em 31 de dezembro de 2013	108.594	109	5.756	-	114.459
Distribuição de dividendos	-	-	(2.190)	-	(2.190)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(1.557)	(1.557)
Reversão de lucros	-	-	(1.557)	1.557	-
Saldos em 30 de junho de 2014	108.594	109	2.009	-	110.712

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 30 de Junho de 2014 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco de la Província de Buenos Aires - Sucursal São Paulo tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, notadamente operações de fomento ao comércio exterior. As demonstrações financeiras elaboradas para o semestre findo em 30 de junho de 2014 foram aprovadas pela diretoria em 29 de agosto de 2014.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 1.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações associadas, quando aplicável, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais normas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF. As demonstrações financeiras incluem, quando aplicável, estimativas e premissas contábeis no que se refere a constituição de provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas pelo método exponencial. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira (considerados na rubrica Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias). **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **(d) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar de 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração. No caso do Banco, são classificados na categoria: Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do resultado do período. **(e) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e regulamentações posteriores, em 30 de junho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção ("hedge"), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de proteção, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos que atendam aos critérios de proteção, classificados como "hedge de risco de mercado", bem como os objetos de proteção (ativo ou passivo) são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultado, exceto se o objetivo da proteção for título e valor mobiliário classificado na categoria de título mantido até o vencimento que, nesse caso, tanto o título como o instrumento financeiro derivativo serão contabilizados pelas condições intrínsecas contratadas, não sendo avaliados pelo valor de mercado. **(f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999 do CMN, alterada pelo artigo 2º da Resolução nº 2.697 de 24/02/2000, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 1 a 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização (accrual) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de crédito (write-offs), devem ser efetuadas após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias, para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. **(g) Imposto de renda e contribuição social:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros créditos - diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e a contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. As modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941 (artigos 37 e 38), não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes. **(h) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** Os demais ativos são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias em base "pro rata" dia e cambiais auferidos e ajustado ao valor de mercado ou realização, quando aplicável. **(i) Ativo permanente:** Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável. O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos: depreciação do imobilizado, pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo o imobilizado de uso - edificações - 4%, equipamentos de processamento de dados - 20% e demais bens - 10%. O ativo diferido está representado por desenvolvimentos logiciais e gastos com instalação e adaptação de dependência que são amortizados em cinco e dez anos, respectivamente. **(j) Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.535/08 do CMN. • Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas notas explicativas. • Passivos contingentes: São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade; e no posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação. **(k) Outros passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos apurados em base "pro rata" dia e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez
(a) Vencimentos após 60 dias

	2014	2013
Aplicações em operações compromissadas	38.100	47.610
Aplicações em moedas estrangeiras	-	3.544
	38.100	51.154

(b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez: Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	2014	2013
Rendas de aplicações em operações compromissadas	1.593	1.607
Rendas de aplicações no exterior	2	50
	1.595	1.657

5. Títulos e valores mobiliários
(a) Classificação por categorias e prazos

Títulos - 2014	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Valor de custo atualizado	Valor de mercado (1)
Títulos mantidos até o vencimento						
Certificado de privatização	54	-	-	-	54	-
Letras financeiras do tesouro	-	12.382	43.342	12.384	68.108	68.108
	54	12.382	43.342	12.384	68.162	68.108

Títulos - 2013	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Valor de custo atualizado	Valor de mercado (1)
Títulos mantidos até o vencimento						
Certificado de privatização	54	-	-	-	54	-
Letras financeiras do tesouro	-	40.044	-	22.567	62.611	62.611
	54	40.444	-	22.567	62.665	62.611

(1) Em 30 de junho de 2014 e 2013 há provisão de 100% para desvalorização dos certificados de privatização.

(b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	2014	2013
Rendas de operações interfinanceiras de liquidez (Nota 4(b))	1.595	1.657
Rendas de títulos de renda fixa	3.255	2.133
	4.850	3.790

6. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias ou de seus clientes, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A política de atuação, os controles de monitoramento e as estratégias de operações seguem as diretrizes da administração do Banco.

(a) Valor de referência dos instrumentos registrados em contas de compensação

	2014	2013
Contratos de futuros dólar		
Dólar	111.184	22.433

(b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

	2014	2013
Mercado futuro	92	428
Outros créditos - instrumentos financeiros derivativos	-	287

(c) Margem de garantia: O quadro a seguir resume os valores depositados na BM&FBovespa em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2014 e de 2013:

Descrição	Quantidade	2014 Valor de custo atualizado	2014 Valor de mercado	2013 Valor de custo atualizado	2013 Valor de mercado
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.647	16.375	16.375	12.803	12.803

(d) Valores de despesas e receitas líquidas

	2014	2013
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - futuros	(797)	(267)

7. Operações de crédito: (a) Composição total da carteira

	2014	2013
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (i)	23.691	30.898
Empréstimos e títulos descontados	-	763
Financiamentos em moeda estrangeira	14.179	1.727
Total das operações de crédito	37.870	33.388
Outros créditos (ii)	269	622
Total	38.139	34.010

(i) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de "Outras obrigações - Carteira de câmbio" (Nota 11(b)).

(ii) Outros créditos compreendem rendas a receber sobre contratos de câmbio e títulos e créditos a receber (Nota 8(a)).

(b) Modalidades e prazos

2014	Curso normal
Operações de crédito	
De 1 a 90 dias	12.712
De 91 a 360 dias	25.427
	38.139

2013	Curso normal
Operações de crédito	
De 1 a 90 dias	7.146
De 91 a 360 dias	26.864
	34.010

(c) Composição das operações de crédito por nível de risco: A composição da carteira de operações de créditos e outros créditos, distribuída nos correspondentes níveis de riscos, está demonstrada a seguir:

2014 Nível de risco	Curso normal	PDD
AA	32.270	-
A	5.869	29
Total	38.139	29
Avais e fianças (1)	25.677	

2013 Nível de risco	Curso normal	PDD
AA	30.211	-
A	3.799	19
Total	34.010	19
Avais e fianças (1)	14.448	

(1) Contabilizados em contas de Compensação.

(d) Distribuição das operações por setor de atividade econômica

Atividade econômica	2014	2013
Indústria	31.462	27.899
Comércio	6.677	6.111
	38.139	34.010

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão de créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações durante os exercícios findos em 30 de junho de 2014 e em 30 de junho de 2013:

	2014	2013
Saldo inicial	48	47
Reversões	(19)	(28)
Saldo final (Nota 3(f))	29	19

8. Outros créditos: (a) Carteira de câmbio

	2014	2013
Câmbio comprado a liquidar - exportação	23.119	33.779
Direitos sobre vendas de câmbio	15.813	-
(-) Adiantamento de moeda estrangeira	(13.400)	-
Rendas sobre adiantamentos concedidos (Nota 7(a))	269	622
	25.801	34.401

(b) Demais contas

	2014	2013
Devedores por depósitos em garantia	3.398	3.197
Créditos tributários (Nota 18(a))	2.142	2.394
Negociação e intermediação de valores	95	267
Adiantamentos e antecipações salariais	63	63
Outros	11	54
	5.709	5.975

9. Obrigações por empréstimos e repasses
(a) Empréstimos no exterior

	2014	2013
No exterior - exportação	23.469	32.504
No exterior - importação	793	199
Outras obrigações	-	-
	24.262	32.703

Operações realizadas junto a instituições financeiras, localizadas no exterior, são convertidas pelas taxas praticadas no mercado de câmbio com vencimento até 14/04/2015.

(b) Despesas com operações de empréstimos

	2014	2013
No exterior	256	3.651

10. Ativos e passivos contingentes: (a) Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente os ativos contingentes. **(b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis:** O Banco é parte em processos judiciais, de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

Movimentação das contingências cíveis	2014	2013
Saldo inicial	621	585
Reversão de provisão	(2)	-
Atualização da provisão	22	18
Saldo final	641	603

(c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Não são provisionados os valores envolvidos em ações tributárias com probabilidade de perda possível, cujo o risco total estimado é de R$ 926.

11. Outras obrigações
(a) Carteira de câmbio

	2014	2013
Obrigações por compra de câmbio	23.691	30.898
Câmbio vendido a liquidar	15.633	-
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 7(a))	(23.691)	(30.898)
	15.633	-

(b) Fiscais e previdenciárias

	2014	2013
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre lucros	-	872
Impostos e contribuições a recolher	75	71
	75	943

(c) Diversas

	2014	2013
Honorários advocatícios	20	-
	20	-

12. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social corresponde ao investimento da matriz estrangeira, inteiramente integralizado em moeda corrente nacional, acrescido das reservas capitalizadas. Durante o 1º Semestre de 2012, ocorreu a autorização do Banco Central do Brasil de processo de aumento de capital no valor de R$ 70.008, composto de R$ 12.665 oriundo de Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores e de R$ 57.343 de Reservas de Lucros. **(b) Dividendos:** Em reunião da diretoria de 05 de junho de 2014 foi aprovado o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 de R$ 2.190 e definido o pagamento integral desse montante como dividendos. **(c) Reserva de lucros:** O saldo de outras reservas de lucros em 30 de junho de 2014 é constituído pela reserva legal e pelos resultados remanescentes dos exercícios. A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

13. Despesas de pessoal

	2014	2013
Proventos	904	834
Benefícios	532	465
Encargos sociais	323	284
Treinamentos	3	4
	1.762	1.587

14. Outras despesas administrativas

	2014	2013
Processamento de dados	411	411
Despesas de comunicação	233	225
Despesas com diretoria (Nota 17)	129	106
Outras despesas administrativas	96	95
Serviços técnicos especializados	82	99
Despesas com serviços de terceiros	59	54
Despesa com manutenção e conservação de bens	58	43
Despesas de condomínio	57	65
Despesas com vigilância e segurança	53	48
Despesas com contribuição a entidades de classe	50	64
Depreciação e amortização	44	42
Despesas do sistema financeiro	38	23
Despesa de Transporte	34	-
	1.344	1.275

15. Outras receitas e despesas operacionais

	2014	2013
Provisão para desvalorização de moedas de privatização	-	(54)
Atualização de depósito judicial	88	92
Processos judiciais cíveis	(22)	(18)
Outras provisões	39	-
Outras	2	-
	107	20

16. Garantias e compromissos assumidos: As garantias prestadas a terceiros compreendem avais e responsabilidades para outros recursos, no montante de R$ 2.120 (2013 - R$ 988) e estão registradas em contas de compensação.

17. Partes relacionadas: i) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Despesas com a diretoria	129	106

ii) Transações e saldos: Em 30 de junho de 2014 e de 2013, os saldos resultantes de operações com outras sucursais no exterior, efetuadas em condições normais de mercado, eram:

2014	Ativo	Passivo	Resultado
Obrigações por empréstimos e repasses	-	3.875	(22)

2013	Ativo	Passivo	Resultado
Obrigações por empréstimos e repasses	-	2.769	(12)

18. Imposto de renda e contribuição social: (a) Origem dos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social: Os créditos tributários em 30 de junho de 2014 e de 2013 são compostos da seguinte forma:

	2014	2013
Imposto de renda		
Prejuízo fiscal	1.958	2.114
Contribuição Social		
Base negativa	184	280
Total	2.142	2.394

Em 20 de fevereiro de 2014, a instituição protocolou junto ao Bacen, estudo técnico sobre o crédito tributário em atendimento ao disposto na Resolução nº 3.355/06, cuja perspectiva de realização desses créditos é a seguinte:

	Total
2014	684
2015	943
2016	515
	2.142

O valor presente dos créditos tributários monta a R$ 1.654 (2013 - R$1.828), descontados a taxa média de captação projetada para os referidos exercícios.

19. Gestão de risco: Objetivo: O Comitê de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo manter controles estruturados em consonância com o perfil operacional da instituição, periodicamente avaliado, de forma que evidencie riscos de liquidez, operacional, de crédito e de capital resultantes das atividades que são desenvolvidas. **Risco de crédito:** Risco de crédito é definido como sendo a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, a custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A principal diretriz para a política de concessão de crédito é a segurança. Todas as solicitações apresentadas têm seus riscos avaliados de acordo com procedimentos internos estabelecidos. As avaliações têm como foco a capacidade de geração de caixa e os fatores de risco associados à transação. Essa avaliação envolve uma análise técnica da capacidade do cliente em honrar os seus compromissos, das garantias apresentadas e inclui visitas às companhias. As conclusões dessas análises são apresentadas ao comitê de crédito pertinente, sediado na Casa Matriz, em um processo que pode envolver todos os níveis executivos, dependendo do grau de complexidade das decisões e do valor das operações. **Risco operacional:** O Banco de la Provincia de Buenos Aires define o Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição enunciada inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela sucursal, assim como as sanções em razão do não cumprimento dos dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros resultantes das atividades desenvolvidas. Entre os eventos de risco operacional se incluem: i. Fraude interno; ii. Fraude externo; iii. Relações trabalhistas e segurança no trabalho; iv. Reclamações de clientes (Ouvidoria); v. Dano aos ativos físicos; vi. Falhas em TI; vii. Execução, gestão e cumprimento dos prazos dos processos. **Risco de mercado:** O risco de mercado se define como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de posições que detenha uma instituição financeira. A definição citada inclui os riscos de operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços de ações e preços de mercadorias (commodities). Os instrumentos de controle que viabilizam a conformidade das diretrizes de Comitê são: i. Reuniões do Comitê de Gerenciamento de Riscos: Avaliação das estratégias de curto prazo dos potenciais cenários macroeconômicos e do enquadramento das medidas de risco de carteira dentro dos limites estabelecidos. Sistema de mensuração de risco de mercado baseado no método RiskMetrics com VaR paramétrico, adotando-se a hipótese simplificadora de que os retornos dos ativos financeiros, marcados a mercado, seguem uma distribuição normal. Através dos relatórios fornecidos pela solução utilizada, o banco monitora os valores expostos, a duration e VaR. ii. Relatório gerencial diário remitido a Gerência de Risco de Mercado, sediada na Casa Matriz em Argentina, evidenciando as posições e a exposição ao risco da filial. De acordo com a Resolução Nº 3464 do BACEN, a estrutura de gerenciamento de riscos de mercado, caracterizada nesta filial pelo responsável pelo monitoramento de Risco de Mercado, é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e da dimensão da exposição ao risco da sucursal. Conforme estabelecido na normativa, a presente unidade é segregada das unidades de negociação e da auditoria interna. O sistema utilizado pelo banco para mensuração de risco de mercado é o método RiskMetrics com VaR paramétrico; neste modelo é adotada a hipótese simplificadora de que os retornos dos ativos financeiros, marcados a mercado, seguem uma distribuição normal. Através dos relatórios fornecidos pela solução utilizada, o banco monitora os valores expostos, a duration e VaR. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez define-se como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e os passivos exigíveis, entre cobranças e pagamentos, que possam afetar a capacidade financeira da instituição, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa da instituição dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez da mesma. Esses impactos levam tanto fatores internos a instituição quanto fatores externos. O controle de risco de liquidez no Banco de la Provincia de Buenos Aires é realizado pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos, através de ferramentas como: i. plano de contingência de liquidez: Estabelece o processo de identificação e categorização de crises de liquidez, a comunicação interna, os planos de ação com as respectivas responsabilidades, assim como o modelo de monitoramento e revisão dos planos. As políticas de contingência e planejamento de liquidez são definidas pela Diretoria conjuntamente com a Mesa de Operações e normas emitidas pela Casa Matriz. ii. sistema de gestão de risco de liquidez: a sucursal possui um módulo que permite a realização de testes de estresse e aderência considerando aspectos como: Simulação de parâmetros para carteiras, como atrasos, inadimplência, pagamentos antecipados e simulação de cenários econômicos para verificar a sensibilidade da liquidez e as variações das taxas de juros e câmbio. iii. controle de esgotam